

Relatório da Audiência n.º [41-COFMA-XIII](#)

Dia: 16 de novembro de 2017

ENTIDADE: AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

ASSUNTO: *Orçamento do Estado para 2018*

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Cecília Meireles (CDS-PP), Vice-Presidente da Comissão;
- Margarida Mano (PSD);
- Álvaro Batista (PSD);
- Fernando Anastácio (PS);
- Margarida Marques (PS);
- Maria Augusta Santos (PS);
- Sandra Pontedeira (PS);
- Ana Mesquita (PCP)

Síntese dos Temas Abordados:

A Senhora Vice-Presidente, Deputada Cecília Meireles, deu as boas vindas aos representantes da AEEP, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

Na sua intervenção inicial, a AEEP enquadrando a mesma no princípio da liberdade de ensino, criticou o fim das deduções dos vales-educação em sede de IRS, defendeu a gratuitidade dos manuais escolares para o primeiro ciclo para o ensino particular e cooperativo, assim como uma extensão da ação social escolar para este ensino. Deu

nota positiva ao reforço dos contratos patrocínio, no âmbito do ensino artístico especializado.

Em sede de debate, a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) agradeceu a sistematização das preocupações e adiantou que o PSD não se revê no Orçamento do Estado, notando que há uma resposta insuficiente a compromissos do Governo. Informou que o PSD irá apresentar um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado e declarou que o PSD é bastante sensível às preocupações da AEEP.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) afirmou que o Orçamento do Estado para 2018 pretende colocar o país numa rota de convergência com a Europa e sublinhou que o Governo se orienta pelas leis da Assembleia da República e pela Lei de Bases e não por “pirraças”, numa referência a uma expressão utilizada pela AEEP. Notou que os temas apresentados não são novos, mas que as respostas serão as mesmas.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) salientou a defesa da equidade, do bem-estar e do desenvolvimento do sistema de ensino, na educação, valorizando a escola pública mas não esquecendo o ensino particular e cooperativo.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) agradeceu as propostas, declarando que o PCP vai avaliar as mesmas. Notou que o PCP tem uma visão da educação no sentido de uma primazia da resposta do ensino público, reconhecendo o papel do ensino privado e da sua liberdade de operar. Realçou o reforço dos contratos patrocínio no ensino artístico especializado.

A AEEP enfatizou a questão da ação social escolar, defendendo que tem que haver uma boa razão para não dar aos alunos do ensino particular e cooperativo os mesmos direitos de que beneficiam os alunos do ensino público. Afirmou que o sector está a crescer e que há cada vez mais essa opção, manifestando ainda o desejo de não serem acantonados num determinado sector da sociedade, transformando-se num reduto onde só entram alguns.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela AEEP, dando depois por encerrada a audiência.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 16 de novembro de 2017

A Vice-Presidente da Comissão

Cecília Meireles